
CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

Local: Hotel Brasília Palace, SHTN – Trecho 1 – Conjunto 1 – CEP: 70800-200

Dia: 05 de dezembro de 2019

Horário de início e de término das sessões:

Reunião da manhã: 09h00 às 13h00h / Intervalo para almoço: 13h00 às 14h00 / Período da tarde: 14h00 às 18h00

Dia cinco de dezembro de dois mil e dezenove, no Hotel Brasília Palace, SHTN – Trecho 1 – Conjunto 1, aconteceu a 42ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social de Auxílio Emergencial CTOS/CIF, coordenada pela Sr. Matheus Nascimento, representante da SEDESE. Em atendimento ao item **(a) apresentação dos presentes e leitura da pauta** a coordenação da CT-OS deu início à reunião cumprimentando os presentes e, posteriormente foi realizada rodada de apresentações. Em atendimento ao item **(b) Programa de Cadastro Integrado**, o representante da SEDESE informou que devido ao atraso na entrega do RMM, não houve tempo de análise pelos grupos de trabalho e fez breve detalhamento de como seriam as discussões das pautas. Houve análise do calendário das reuniões ordinárias da CT-OS para o ano de 2020 e ele foi aprovado pelos membros. O representante do Programa de Cadastro apresentou detalhes do balanço do programa em 2019 e reforçou que parte das ações já são apresentadas mensalmente no RMM. Relatou que foram realizadas 1.200 entrevistas na fase 1 de Mariana, o que superou as expectativas iniciais e que é um desafio estimar o universo nesse território, visto que o cadastro é feito com conjunto com a Cáritas e que a entrada no processo se dá através deles. Posteriormente, apresentou os principais indicadores do programa e outros grandes números. Ao citar casos de óbito, informou que o status é alterado dentro do cadastro e que o processo do cadastro continua sendo realizado com a família, solicitou que caso haja algum caso diferente, que seja registrado na CT-OS. Detalhou os custos do programa e as próximas ações para 2020. Após questionamentos, esclareceu que as informações apresentadas têm relação com todos os territórios atingidos. Sobre a ouvidoria, esclareceu que existe uma equipe dedicada para responder as dúvidas registradas, reforçou que ainda existe uma grande confusão sobre o que é o cadastro e o que tem ligação com as políticas de indenização e informou que as equipes estão sendo treinadas para realizar essa identificação, o que tornará o processo ainda mais célere. O representante dos atingidos de Conselheiro Pena relatou que a ouvidoria e o 0800 não funcionam e reforçou a situação do senhor idoso que foi considerado elegível, porém não recebeu nenhum pagamento. O representante do Programa de Cadastro solicitou que os casos sejam trazidos para o fluxo definido na CT-OS. Houve amplo debate sobre o fluxo de manifestações frustradas realizada na CT-OS. Nesse sentido, a representante dos municípios do Espírito Santo propôs que os atingidos protocolam a documentação diretamente com a Fundação Renova e que sejam protocolados também na CT-OS. A representante da Governança da Fundação Renova não concordou, visto que o fluxo definido anteriormente em reunião ordinária da Câmara Técnica tem funcionado perfeitamente e informou que todos os documentos protocolados na CT-OS tem sido respondidos. A representante dos municípios do Espírito Santo informou que todas as respostas enviadas pela Fundação Renova estão sendo encaminhadas aos atingidos que solicitaram. O representante da SEDESE considerou que os atingidos precisam esgotar todas as formas de comunicação direta com a Fundação Renova e que o fluxo já definido funcionará quando as demandas não forem entregues no varejo e sim de forma oficial. O representante de Conselheiro Pena voltou a dizer que a ouvidoria da Fundação Renova não funciona. A representante do MAPA sugeriu que os atingidos registrem nome e horário da ligação para a ouvidoria, para que seja possível cobrança e auditoria. A representante da Fundação Renova informou que entrou um novo auditor e a CT-OS solicitou que ele inicie os trabalhos com base no que é relato na Câmara Técnica. A representante da SETADES questionou qual a metodologia que está sendo utilizada na Fase 2 e relatou que sentiu falta da previsão orçamentária para 2020 e proposta de cronogramas de evolução do cadastro em relação a fase 2. O representante do Programa de Cadastro informou que a previsão orçamentária para 2020 é de 18.6 e hoje é 17.14. Sobre a metodologia, ele informou que o detalhamento foi feito no ofício 7655-1. A representante do Programa de Cadastro relatou que a Fase 2 vem com o intuito de acompanhar a trajetória da vida dos atingidos, de forma que seja possível verificar se as ações de reparação estão sendo feitas e considerou que dessa forma há um ganho qualitativo enorme. O representante da SEDESE lembrou que a CT-OS sempre citou que o cadastro deveria ser um retrato e considerou que não se vê solução prática para acompanhamento de trajetória e que permanece sempre somente o discurso. A representante dos atingidos de São Mateus relatou os erros acontecidos no seu cadastro e as dificuldades em relação as falas realizadas durante a reunião, que são interpretadas de forma equivocada. Após questionamentos sobre a política dos artesãos e a deliberação do CIF para pagamento, o representante do Programa de Cadastro informou que o cadastro dos artesãos tem sido feito desde 2018 e que a indenização e auxílio financeiro desse público deve ser analisado com o programa específico. Os atingidos relataram que muitos deles tem realizado o cadastro, porém não receberam os formulários, em resposta o

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

representante da Fundação Renova esclareceu que todos os documentos gerados a partir do cadastro estão disponíveis no portal do usuário. O representante da SEDESE solicitou que os atingidos tenham cuidado com os registros feitos durante a reunião e reforçou que não há permissão para gravação das reuniões, visto que o áudio oficial é sempre disponibilizado para os interessados. A representante da Ramboll/MPF informou que o GT-CAD trabalhou sobre o encaminhamento onde foi solicitado a presença da Fundação Renova e da Cáritas e que não houve a presença da segunda. Nesse sentido, relatou que o GT considerou importante reforçar o encaminhamento. **ENCAMINHAMENTO 42.1: O GT-CAD irá elaborar ofício até 12/12 e CT-OS encaminhar dia 13/12 à Cáritas, com cópia para CIF, MPMG e Comissão de Atingidos de Mariana para apresentarem na próxima reunião do GT-CAD, o trabalho desenvolvido pela Cáritas, contendo status do cadastro de Mariana, trazendo a projeção do universo de pessoas cadastradas por localidade, por situação de deslocamento/dano, relatando a metodologia para aplicação do cadastro, o processo de divulgação da possibilidade de cadastramento a todo aquele que se sinta atingido pelo desastre da Samarco e os resultados parciais do cadastro, com cronograma do cadastro.** Após questionamento sobre o encerramento do cadastro de Mariana previsto para março/2020 e o representante da Fundação Renova relatou que há a definição dessa data em ata de reunião realizada com o Ministério Público de Minas Gerais e que a encaminhará para a CT-OS. **ENCAMINHAMENTO 42.2: A Fundação Renova encaminhará a CT-OS, cópia da ata da reunião com MPMG onde se discutiu o encerramento de novas manifestações do Cadastro do município de Mariana-MG.** Posteriormente, foram analisados os atendimentos aos encaminhamentos gerados a partir da 41ª Reunião Ordinária da CT-OS. Sobre o encaminhamento E41.3 e E41.4, a representante da Fundação Renova informou que será fornecido acesso ao SGS aos pontos focais dos municípios, para que tenham livre acesso a essa lista de atingidos contidos na base de cadastro da Fundação Renova. A representante dos municípios do Espírito Santo relatou que o acesso ao SGS não permite extrair listas para elaboração dos relatórios que são necessários, em formato excel e reforçou que o SGS demandará treinamento as pessoas que forem definidas como ponto focal no município. Nesse sentido, o encaminhamento E41.4 ficou pendente. Os demais encaminhamentos foram atendidos pela Fundação Renova. Em atendimento ao item **(c) Programa de Auxílio Financeiro Emergencial**, a representante da Fundação Renova deu breve esclarecimento sobre a ausência do técnico responsável pela apresentação. Posteriormente, apresentou grandes números e informou que a Fundação Renova já pagou 1,97 bi de Auxílio Financeiro e que a previsão de orçamento para 2020 é de em média 448 bi. Informou também que em 2019 foi usado 371 milhões para este programa e detalhou as principais entregas do AFE, sendo um deles o saneamento da base. Após relato de que muitos atingidos estão sendo obrigados a assinar um distrato, informando que os dados apresentados na época do rompimento estavam errados, a representante da Fundação Renova informou que não há nenhum distrato sendo realizado e relatou que a Fundação Renova sempre faz nova avaliação das informações prestadas, antes de realizar pagamento do lucro cessante e que caso a pessoa não se enquadre no perfil indicado no cadastro, passará por nova avaliação e poderá não receber. Após questionarem se quem perdeu renda está apto a receber o AFE, a representante da Fundação Renova esclareceu que existem 3 critérios além da perda de renda, proferiu leitura da cláusula referente no TTAC e reforçou que somente a perda de renda não é suficiente para recebimento do AFE. Após questionamentos sobre as políticas, relatou que hoje as políticas não são consideradas do PIM e sim da Fundação Renova e reforçou que elas vêm com a intenção de incluir mais pessoas no processo. A representante da Ramboll/MPF reconheceu os desafios do AFE e considerou que os critérios do AFE são diferentes do PIM e por isso é necessário pensar em algumas desassociações, na questão de comprovação. Após questionamento sobre pessoas que receberam o PIM e não receberam o AFE, a representante da Fundação Renova esclareceu que são dois programas diferentes e que receber o Auxílio Financeira, não significa, obrigatoriamente, que receberá o PIM. Houve relato dos atingidos sobre pessoas que receberam o PIM e que comprovaram perda de renda e não receberam o AFE. Houve novo debate sobre o fluxo de manifestações. O representante da SEDESE reforçou a necessidade em trazer documentos formalizados para solicitação de resposta da Fundação Renova e que somente registro oral não é suficiente. A representante da Fundação Renova fez breve relato sobre os fluxos de manifestações e considerou que muitas das vezes as respostas são dadas, porém não atendem as expectativas dos atingidos, o que não significa que não houve resposta. Após questionamentos sobre pescador de subsistência, a representante da Fundação Renova afirmou que a Política de Subsistência está sob revisão e que o PIM e o AFE estão suspensos quanto a isso. Sobre a migração para o Pescador de Fato, afirmou que esse projeto não foi criado para atender o público “pesca de subsistência” e pessoas que pescam para seu próprio consumo, porém esclareceu que quaisquer pessoas que pescava para vender o peixe, tem direito a entrar na análise do Pescador de Fato. Houve amplo debate sobre o público do projeto Pescador de Fato e a representante da Fundação Renova informou que qualquer pescador profissional deveria ter carteirinha RGP e afirmou que a legislação é válida. Considerou que algumas pessoas podem ter recebido a indenização como pescador de subsistência antes da paralização para revisão e afirmou que nenhum pessoal recebeu desde que ela entrou em revisão. A representante da SETADES relatou as discussões realizadas no GT-AFE sobre pessoas vulneráveis. Houve amplo debate sobre a necessidade de participação de Fundação Renova nos grupos de trabalho. Posteriormente, foram analisados os atendimentos aos encaminhamentos gerados a partir da 41ª Reunião Ordinária da CT-OS. **ENCAMINHAMENTO 42.3: A Fundação Renova deverá apresentar o tempo médio para a devolutiva ao atingido quanto a sua elegibilidade ao AFE. Prazo: 16/12/2019.** Em atendimento ao item **(c)**

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

Programa de Proteção Social, a representante da Fundação Renova apresentou as principais ações realizadas em 2019, com maioria delas em Mariana. Relatou que o Termo de Parceria foi aprovado internamente na Fundação Renova e que o próximo passo, será enviá-lo aos Estados e Municípios para análise e solicitou auxílio dos representantes do estado de MG e ES no termo de parceria a ser firmado, no que tange a identificação dos responsáveis pela assinatura destes termos. Informou que está previsto para o orçamento de 2020 o valor de 24,6 e que acumulado em outubro de 2019 era 6,6 milhões e relatou que em 2019 foi gasto um valor baixo, pois grande parte do valor está direcionado aos planos. Considerou que os pagamentos aos municípios iniciarão em janeiro de 2020 e que está prevista a realização de capacitação para todos os municípios dos dois estados. Relatou que foi enviada a CT-OS e a CT-Saúde um edital de Organização Social e informou que a CT-Saúde aprovou enviando pedido de deliberação ao CIF. Solicitou que a CT-OS analise e dê um parecer. Detalhou as ações a serem realizadas em 2020, como dar continuidade ao repasse das parcelas de recursos financeiros, acompanhar toda a logística de veículos e combustíveis, realizar capacitação de operadores de proteção social dos planos estaduais, acompanhar as comissões criadas de acordo com os termos de parceria assinados para monitoramento dos planos de reparação e acompanhar a execução das ações, junto aos municípios e governos de estados, previstas no plano de proteção social. Apresentou os desafios existentes de 2019/2020, como alinhamento das expectativas do poder público frente as atribuições estabelecidas do programa PPS, otimização de estratégias, aprovação do documento de definição programa, alinhamento das ações dos planos estaduais de proteção social com as secretarias e celeridade na oferta de serviços por parte de poder público. Na linha do tempo, há previsão de ações até junho/20. A representante do município de Mariana informou que parte dos recursos foram recebidos através de insumos e que o único recurso em verba recebido da Fundação Renova pelo município de Mariana, foi para realização do processo seletivo que ainda não foi feito devido à definição de cargo e salário que está acontecendo no município. Reforçou a necessidade do líder do programa de Proteção Social. A representante do Programa de Proteção considerou que em nenhum momento a CT-OS ficou prejudicada pela ausência do líder e que ela recebeu autonomia para responder pelo programa. Houve amplo debate em relação a representatividade da Fundação Renova. O representante da SEDESE solicitou que a troca realizada na liderança do PPS seja informada oficialmente e que, se possível, o novo líder esteja presente na próxima reunião da Câmara. Após questionamentos, a representante do PPS explicou que a “licitação deu deserto” pois não houve candidatura devido as requisições para realização das capacitações. Informou que foram abertas novas licitações com novas requisições e que ainda não se sabe o resultado. Os atingidos reclamaram da falta de documentação com o descritivo dos motivos para ilegitimidade. Após questionamentos sobre o conteúdo das oficinas de capacitação de operadores, a representante do PPS informou que quando foram criados os planos foram definidos os temas e que o processo de construção metodológica se dará após a definição e primeiro contato com as entidades. Após questionamentos sobre a capacitação financeira, a representante do PPS relatou que a proposta dessa capacitação foi apresentada na CT-OS e que todo o detalhamento de informações sobre os dois estados estará descrito no relatório a ser entregue. Informou que pensando nos mais vulneráveis que a Fundação Renova propôs a capacitação financeira e que se entendeu que a CT-EI teria mais expertise para trabalhar essa questão, oferecendo possibilidades de empreendedorismo. A representante da SETADES solicitou que quando essa capacitação estiver melhor formatada junto a CT-EI, ela seja apresentada também na CT-OS. A representante de Revés de Belém questionou quando, de fato, serão realizados os pagamentos e relatou que o projeto de empreendedorismo apresentado no município não foi de acesso para todos, visto que era necessário apresentação de CNPJ e questionou se essas oficinas citadas serão abertas a todos os atingidos, inclusive os que possuem baixa renda. A representante do PPS considerou que esse é um grande desafio e que é necessário que os programas entendam qual será o público, de forma que todos tenham acesso. O representante da SEDESE considerou que houve grande avanço no escopo apresentado e que ele atende minimamente as discussões realizadas na CT-OS. Relatou que será necessário elaboração de uma NT que tende a aprovação desse escopo e apresentou detalhes da análise do GT, com a preocupação atual de como conseguir fazer o acompanhamento e o monitoramento das entregas declaradas. Após questionamentos sobre a rota de reparação, a representante do PPS informou que é outra forma de se falar da trajetória, é pensar no atingido em cada programa para resgatar o que ele perdeu e o dano que ele teve. Informou que serão contratadas instituições para disponibilizar estagiários para dar apoio os municípios em Gestão Pública. O representante da SEDESE sugeriu que as pessoas escolhidas para esse trabalho, passem por um processo seletivo e não sejam, apenas, indicação. E em relação ao modelo de contratação de RH, sugeriu que o documento saia da CT-OS para os municípios, solicitando posicionamento para que se defina o posicionamento da CT-OS. Houve debate para definição do encaminhamento. **ENCAMINHAMENTO 42.4: GT-PPS&AFE irá elaborar minuta de ofício e a coordenação encaminhará aos estados do ES e MG e Ministério da Cidadania um ofício para que eles se posicionem, em 20 dias da data do recebimento do ofício, sobre a proposta de modelo de contratação de RH apresentado pela Fundação Renova. Prazo: 13/12/2019.** A representante da Fundação Renova reforçou a necessidade de receber os dados cadastrais para elaboração dos planos e que após elaboração será possível encontro para assinatura. O representante da SEDESE reforçou que acha interessante realizar encontro entre os estados e municípios para que estejam na mesma página e posteriormente, realizarem as assinaturas. Houve relato sobre a dificuldade com o prefeito do Bom Jesus do Galho e os membros da CT-OS sugeriam procurar pelo MPMG. Posteriormente, foram analisados os atendimentos aos

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

encaminhamentos gerados a partir da 41ª Reunião Ordinária da CT-OS, todos eles foram atendidos, ficando pendente o RMM da Lagoa Juparanã. Em atendimento ao item **(d) Programa de Indenização Mediada**, a representante do PIM apresentou as principais entregas e pagamentos de 2019 e os principais desafios de 2020 e informou que há de previsão para o PIM de algo em torno de 1,41 bilhão. Após questionamentos sobre um prazo previsto para pagamento e definição das políticas, a representante do PIM relatou que em relação aos camaroeiros, a intenção seria realizar o acordo ainda em 2019 e finalizar os pagamentos no primeiro semestre de 2020. O representante do Pescador de Fato informou que foram finalizados os pareceres e devolutivas coletivas em Regência, Povoação e Conselheiro Pena e as devolutivas individuais finalizadas em Regência e Povoação e agendada para Conselheiro Pena. Informou que foram 55 elegíveis para Pescador de Fato em Regência, com 11 assinaturas de acordo com o PIM, 13 com assinatura de acordo e pagos, 15 anteriormente indenizados como pescadores não-regularizados que precisam esperar receber o RGP para complemento do pagamento e 16 em andamento. Em Povoação foram 46 elegíveis, 11 indenizados como não regularizados, 19 assinaram acordo, 3 assinaram acordo e foram pagos e 13 em andamento. Informou que em Regência 118 pessoas apresentaram interesse no projeto Pescador de Fato e 89 conseguiram chegar ao final do processo e 55 elegíveis e reforçou que existem critérios para ingressar no projeto. Em Povoação, foram 148 ingressos e 93 chegaram ao fim do projeto com 46 elegíveis. Em Conselheiro Pena foram 135 ingressos, 94 chegaram até o fim com 49 elegíveis. A representante dos municípios do Espírito Santo considerou que houve muitos questionamentos do GT e dos atingidos sobre o Pescador de Fato, que estarão descritos na NT juntamente com as análises técnicas e sugeriu que as discussões sejam feitas após análise dela. Reforçou que a discussão e questionamentos sobre esse tema serão feitos na 43ª RO da CT-OS. **ENCAMINHAMENTO E42.5: A Fundação Renova deverá apresentar o custo total de aplicação da metodologia do pescador de fato. Prazo: 16/12/2019.** Sobre as políticas indenizatórias informou que após aprimoramento de Gestão da Fundação Renova se entendeu a necessidade em destacar uma área específica de políticas e que algumas políticas sairão no próximo semestre, como por exemplo, a dos camaroeiros, Patrimônio da Lagoa e outras. Informou que existem políticas em aprovação e análise. A representante dos atingidos de São Mateus questionou quando os atingidos que dependiam dos rios da região receberam indenização e entrarão em alguma política. A respeito dos posicionamento da Governança em se tratar as demandas relacionadas ao PIM somente quando as demais políticas passarem por um processo judicial, a representante dos municípios do Espírito Santo questionou quais discussões serão feitas na CT-OS, visto que quase nada andou já que 80% dos pagamentos estão pendentes das políticas indenizatórias. Houve amplo debate sobre o posicionamento da Fundação Renova. A representante da Governança considerou que depois da decisão judicial a discussão retornará a CT-OS para considerações pertinentes. A representante da SETADES relatou que a petição apresentada pela Samarco solicita encerramento do cadastro em 15/dezembro, dando solução aos passivos do programa e que pela necessidade do monitoramento desses passivos, colocou-se o tema em pauta. Considerou também que para solução dos passivos é necessário continuar com a definição das políticas. O representante da área de políticas considerou importante levar essa dúvida ao jurídico da Fundação Renova, visto que essa deve ser uma resposta institucional e adiantou que todas as decisões serão tomadas na 12ª vara, através do posicionamento de todos os atores. Após questionamentos sobre os areeiros, lavadeira, vendedores de peixe e artesanato, ele informou que também será tratada no âmbito judicial. A representante do PIM voltou a reforçar que a política de subsistência está sob revisão, que não estão sendo concedidos pagamentos e que ela também foi levada a decisão judicial. O representante da SEDESE solicitou que fosse feita uma reflexão do como tem sido levada as discussões na Câmara Técnica, visto que de um dia para o outro há posicionamentos técnicos distintos. A representantes dos municípios do Espírito Santo relatou que em reunião interna foi discutida questões sobre a supressão de cultivos, algo que continuará a ser analisado na CT-OS, ao ponto que outras questões foram judicializadas e por isso terão discussões paralisadas dentro da CT. Os atingidos se posicionaram contra as decisões apresentadas pela Fundação Renova e voltaram a questionar sobre o pagamento de agentes públicos e o tempo de retorno sobre a devolutiva do PIM. **ENCAMINHAMENTO E42.6: A Fundação Renova deverá apresentar status do pagamento dos 16 casos pendentes dos agentes públicos de Naque e dos demais - prazo para finalização. Prazo: 16/12/2019. ENCAMINHAMENTO E42.7: A Fundação Renova deverá apresentar o tempo médio para a devolutiva ao atingido quanto a sua elegibilidade ao PIM. Prazo: 16/12/2019.** A representante dos municípios do Espírito Santo informou aos membros da CT-OS e aos presentes na reunião sobre sua saída da Prefeitura de Linhares e consequentemente da CT-OS.

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CÍF

222

223 **Encaminhamentos:**

224

ENCAMINHAMENTOS REFERENTES À 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CT-OS				
Código	Referência	Encaminhamento	Responsável	Prazo
E42.1	PG001 Programa de levantamento e de cadastro dos impactados (Cláusulas 19 à 30)	Elaborar ofício até 12/12 e CT-OS encaminhar dia 13/12 à Cáritas, com cópia para CÍF, MPMG e Comissão de Atingidos de Mariana para apresentarem na próxima reunião do GT-CAD, o trabalho desenvolvido pela Cáritas, contendo status do cadastro de Mariana, trazendo a projeção do universo de pessoas cadastradas por localidade, por situação de deslocamento/dano, relatando a metodologia para aplicação do cadastro, o processo de divulgação da possibilidade de cadastramento a todo aquele que se sinta atingido pelo desastre da Samarco e os resultados parciais do cadastro, com cronograma do cadastro.	GT-CAD	12/dez e 13/dez
E42.2	PG001 Programa de levantamento e de cadastro dos impactados (Cláusulas 19 à 30)	Encaminhar cópia da ata da reunião com MPMG onde se discutiu o encerramento de novas manifestações do Cadastro do município de Mariana-MG.	Fundação Renova	06/12/2019
E42.3	PG021 Programa de Auxílio Financeiro Emergencial aos IMPACTADOS (Cláusulas 137 à 140)	Apresentar o tempo médio para a devolutiva ao atingido quanto a sua elegibilidade ao AFE.	Fundação Renova	16/12/2019
E42.4	PG001 Programa de levantamento e de cadastro dos impactados (Cláusulas 19 à 30)	Elaborar minuta de ofício e a coordenação encaminhará aos estados do ES e MG e Ministério da Cidadania um ofício para que eles se posicionem em 20 dias da data do recebimento do ofício sobre a proposta de modelo de contratação de RH apresentado pela Fundação Renova.	Fundação Renova	13/12/2019
E42.5	PG002 Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados (Cláusulas 31 à 38)	Apresentar o custo total de aplicação da metodologia do pescador de fato.	Fundação Renova	16/12/2019
E42.6	PG002 Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados (Cláusulas 31 à 38)	Apresentar status do pagamento dos 16 casos pendentes dos agentes públicos de NAQUE e dos demais - prazo para finalização.	Fundação Renova	16/12/2019
E42.7	PG002 Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados (Cláusulas 31 à 38)	Apresentar o tempo médio para a devolutiva ao atingido quanto a sua elegibilidade ao PIM.	Fundação Renova	16/12/2019

225